

UNIDADE VENDA NOVA

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
FECHAMENTOS EM GRADIS DE ARAME GALVANIZADO
COM PINTURA ELETROSTÁTICA VERDE

INFORMAÇÕES PRINCIPAIS

TIPO	MODALIDADE:	REGIME DE EXECUÇÃO:
Reforma	Menor preço global	regime preço unitário

PRAZOS:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	30 DIAS CORRIDOS	A CONTAR:	da emissão do Termo de Início
	VIGÊNCIA CONTRATUAL	120 DIAS CORRIDOS	A CONTAR:	da assinatura do contrato

- Especificações do objeto e seus respectivos projetos	- Caderno de Especificações
- Modelo Proposta de Preço	- Caderno de Planejamento

ELABORADO POR: Luiz Gustavo Machado Júnior e Ana Clara Carvalho

DATA: 15/10/2024

CONTROLE DE REVISÕES

Revisão	Descrição	Data
00	Emissão inicial	25/09/2024
01	Revisão 01	15/10/2024
02	Revisão 02	18/10/2024
03	Revisão 03	24/10/2024
04	Revisão 04	28/11/2024
05	Revisão 05	03/01/2025

SUMÁRIO

1. OBJETO.....	3
2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	3
3. ORÇAMENTO ESTIMADO.....	3
4. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.....	3
5. SUBCONTRATAÇÃO.....	3
6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	3
7. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
7.1. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.....	5
8. REAJUSTE.....	6
9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO.....	6
10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	6
11. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	7
11.1. COMUNICAÇÃO DO TÉRMINO DO SERVIÇO.....	7
11.2. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.....	7
11.3. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	7
12. VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS.....	8
13. ORIENTAÇÕES GERAIS.....	8

LISTA DE SIGLAS

APR – Análise Preliminar de Risco	GRD – Guia de Remessa de Documentos
ART – Anotações de Responsabilidade Técnica (CREA)	IT – Instrução Técnica
AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros	MD – Memorial Descritivo
CAT – Certidão de Acervo Técnico	NR – Norma Regulamentadora
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo	PNE – Portadores de Necessidades Especiais
CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais	PRECEND – Programa de Recebimento e Controle de Efluentes para Usuários não Domésticos (COPASA)
CEI – Cadastro Específico do INSS	RDO – Relatório Diário de Obras
CFTV – Circuito fechado de televisão	RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU)
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	SDAI – Sistema de detecção e alarme de incêndio
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas	SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
CNO – Cadastro Nacional de Obras	SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (CAIXA)
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	SPCI – Sistema de prevenção e combate a incêndio
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social	SPDA – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas
DAE – Documento de Arrecadação Estadual	TR – Termo de Referência
EAP – Estrutura analítica de projeto	
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social	

CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO	CONTEÚDO
TERMO DE REFERÊNCIA	Informações sobre os parâmetros da contratação (regime de execução, critério de julgamento, qualificações, garantias, subcontratação etc.)
CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES	Especificações do objeto a ser contratado (quais disciplinas e/ou serviços serão contratados especificando materiais e nível de detalhamento necessário).
CADERNO DE PLANEJAMENTO	Informações de planejamento de execução do objeto (documentação de mobilização, cronograma de referência, horário de trabalho, planejamento do canteiro de obra, licenças necessárias etc.)

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FECHAMENTOS EM GRADIS DE ARAME GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA VERDE

A unidade está localizada no endereço: Rua Maria Borboleta, s/n Novo - Letícia, Belo Horizonte - MG, 31640-120

2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A forma de execução do objeto será indireta através do **regime de preço unitário**

O critério de julgamento será **pelo menor preço global**, conforme condições previstas neste documento.

A Proponente deverá considerar todos os serviços, equipamentos, materiais e tudo mais que for necessário para a conclusão do objeto na definição de seu preço final.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento estimado para esta contratação é de **R\$148.749,22 (Cento e quarenta e oito mil setecentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos.)**

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 dias contados a partir de sua data de apresentação.

4. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de mobilização de contrato é de **21 (vinte e um)** dias corridos, a contar da data da **reunião de kick off**.

O prazo de execução do objeto é de **30 (trinta)** dias corridos, a contar da data da **emissão do Termo de Início**.

O prazo de vigência do contrato é de **120 (cento e vinte)** dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato.

5. SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitido a subcontratação dos serviços do objeto deste termo de referência.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A **CONTRATADA** deverá dispor de equipe técnica adequada para desenvolvimento do objeto.

O profissional indicado pela proponente para fins de comprovação da Qualificação Técnico Profissional e Responsabilidade Técnica, deverá participar diretamente do desenvolvimento das atividades, em todas as etapas do objeto em questão e conforme carga horária

Este profissional será o elemento de ligação entre a **Contratada** e a **Contratante** durante a execução do contrato.

Na impossibilidade da participação do referido profissional, a **Contratante** admitirá a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que comprovada nos mesmos termos determinados neste documento. A autorização da substituição deste profissional deverá ser devidamente formalizada entre as partes.

A documentação técnica a ser apresentada é a seguinte:

1. Certidão de registro de **pessoa jurídica** no CREA e/ou CAU, em nome da proponente, com validade na data de recebimento dos documentos.

2. Certidão de registro de **pessoa física** no CREA e/ou CAU atualizada, relativa ao(s) profissional(is) responsável técnico pela empresa, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.
3. Atestado **em nome do profissional**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado distinta da proponente, devidamente registrados no CREA e/ou CAU, através de CAT, comprovando a execução:

1	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE GRADIL DE PAINÉIS DE ARAME GALVANIZADO.	60,00 m
---	---	---------

Não serão admitidos atestados de obras em andamento.

O atestado solicitado deve ser similar ao objeto/serviço a ser executado.

O item indicado para comprovação de qualificação técnica corresponde ao item de maior relevância no escopo da contratação e o quantitativo solicitado para comprovação de qualificação técnica corresponde a 46% da quantidade total do item no orçamento.

Será exigido no ato da assinatura do contrato a comprovação da efetiva contratação dos profissionais detentores das Certidões de Acervo Técnico que tenham sido apresentados sob forma de declaração na fase de habilitação.

O responsável técnico, detentor do atestado apresentado, deverá demonstrar vínculo com a proponente, mediante apresentação de ato constitutivo e/ou estatuto e/ou contrato social em vigor, e/ou ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente; ou empregado, mediante apresentação do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho ou Contrato de prestação de serviços ou através de declaração na qual o profissional autoriza a inclusão de seu nome para fim de participação na concorrência, sendo que esta declaração deverá ser assinada pelo respectivo profissional.

A Contratante poderá solicitar formalmente à Contratada a substituição de membros de sua equipe técnica, assim como o reforço da mesma, assim como o reforço da mesma, atrelada ao planejamento previsto, a qualquer momento que julgar necessário. O atendimento à solicitação deverá respeitar o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal.

Na fase de mobilização de contrato, a critério da **Contratante**, será exigida e avaliada pelo fiscal do contrato, a experiência da equipe técnica conforme item correspondente no Caderno de Especificações, e de empresas subcontratadas, através dos registros na carteira de trabalho, curriculum profissional, cópia(s) de contrato(s), atestados emitidos por pessoa jurídica, ART/RRTs, declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o profissional possui a experiência mínima exigida, ininterruptas ou não, na prestação de serviços, compatíveis com o objeto ora licitado/contratado. A documentação deverá ser devidamente aprovada pela **Contratante**.

Os itens indicados para comprovação de qualificação técnica correspondem aos itens de maior relevância. A contratada deverá emitir ART ou RRT para execução dos serviços escopo desta contratação.

7. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Para elaboração de aditivos de inclusão de itens não previstos na planilha orçamentária, deverão ser considerados os seguintes critérios:

a) Itens existentes na tabela Sinapi

- Será pesquisado o valor do serviço mais apropriado, obtido a partir da tabela Sinapi, extraído do relatório na respectiva data base prevista na respectiva cláusula de reajuste do contrato;
- Se necessário, serão realizados ajustes nas composições do Sinapi para adequar o serviço às particularidades executivas da obra;
- Sobre o valor do Sinapi incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

b) Itens não existentes na tabela Sinapi, que serão pesquisados em outros sistemas referenciais ou orçados com composição própria

- A instituição utilizará a composição do sistema de referência, realizando os ajustes pertinentes e substituindo os preços dos insumos por aqueles existentes no Sinapi. Para os insumos novos, não existentes no Sinapi, a ordem de elaboração será pela busca em outros sistemas referenciais e no banco de preços governamental, adotando-se o menor preço. Para os insumos que não forem encontrados no banco de preços, haverá pesquisa de mercado, adotando-se o menor preço para obtenção do preço final;
- A composição deverá ser elaborada na respectiva data base prevista na cláusula de reajuste.;
- No caso da adoção de insumos cotados no mercado, o valor será deflacionado até a respectiva data base prevista na cláusula de reajuste do contrato;
- data-base do orçamento ou último reajuste, pelo índice de reajuste contratual;
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

c) Itens de serviços que não se enquadrarem nos itens acima, para os quais não são encontradas equivalência de insumo e/ou composição nos sistemas de referência de preços serão pesquisados no mercado

- A instituição realizará pesquisa de mercado com o máximo possível de prestadores de serviço, adotando-se o preço médio da equalização para obtenção do preço final;
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

8. SEGUROS

8.1. SEGURO COLETIVO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO

A **Contratada** deverá apresentar ao **Contratante**, no prazo máximo de 14 (quatorze) dias corridos, contados da data da reunião de kick off, Seguro Coletivo Contra Acidente de Trabalho em vigor, devendo a **Contratada** manter ininterrupta sua vigência até a data final de vigência do Contrato, realizando todas as renovações necessárias neste período, contendo as coberturas básicas de morte, invalidez e coberturas adicionais de despesas médicas e hospitalares, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

O Seguro Coletivo Contra Acidente de Trabalho deve ter as seguintes coberturas:

- a) Morte e invalidez do segurado;
- b) Despesas médicas e hospitalares.

9. REAJUSTE

Os preços deste Contrato poderão ser reajustados por acordo entre as Partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas - FGV (INCC-DI), ou no caso de sua extinção por outro indexador que venha a substituí-lo, devendo ser observado o período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento de referência ou último reajuste.

O reajuste só pode ser aplicado ao saldo remanescente do contrato, considerando o cronograma de entregas previsto.

Os itens que não foram entregues, por atrasos gerados pela **CONTRATADA**, não podem ser reajustados.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

O critério de medição será por unidade contratada executado e validado pela fiscalização.

Os pagamentos serão realizados mediante emissão de nota fiscal conforme medição mensal dos serviços efetivamente prestados e aprovados pela fiscalização no mês de referência.

A Contratada somente poderá emitir a nota fiscal após a entrega dos serviços e o aceite do fiscal do contrato.

A Contratada deve observar e atender as condições de emissão de nota fiscal para pagamento dos serviços realizados conforme procedimento e exigências do Sesc em Minas, no tocante à data de emissão, prazo para pagamento e demais informações pertinentes:

- As notas fiscais deverão ser emitidas até o dia 20 do mês subsequente da prestação do serviço;
- Não serão aceitas notas fiscais emitidas após o dia 20 do mês subsequente da prestação do serviço;
- Documentos fiscais emitidos até o dia 05, serão pagos no próximo dia 25 subsequente;
- Documentos fiscais emitidos entre os dias 06 e 15, serão pagos no dia 05 do mês subsequente;
- Documentos fiscais emitidos entre os dias 16 e 20, serão pagos no dia 15 do mês subsequente.

Para medição, a **Contratada** encaminhará à **Fiscalização**:

- a) A planilha com a medição dos serviços executados, aprovados pela fiscalização e de acordo com o critério de medição definido;
- b) Memórias de cálculo.
- c) Certidões de regularidade (federal, estadual, municipal, FGTS, INSS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- e) Garantia dos materiais e serviços executados plenamente, no respectivo período da medição;

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

É vedado à contratada descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções cabíveis, conforme previsto na Minuta Contratual anexa ao Edital.

A multa moratória cobrada pelo contratante poderá ser devolvida, sem qualquer correção, ao final do contrato, caso a contratada cumpra a entrega do objeto contratado no prazo de execução final da obra.

12. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. Comunicação do término do serviço

Tendo sido executados integralmente os serviços que compõem o objeto do contrato e estando este, em condições de ser recebido, inclusive com resolução das pendências porventura formalizadas pela fiscalização em check list's elaborados ao longo da execução contratual, e com a entrega de todos os projetos e documentos correlatos ao objeto, a **CONTRATADA** deverá comunicar à **FISCALIZAÇÃO** a conclusão da execução do objeto, por escrito e dentro do prazo de execução contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento provisório.

A emissão da comunicação acima referida fora do prazo de execução contratual caracterizará atraso, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades cabíveis previstas em contrato.

A **FISCALIZAÇÃO** só aceitará os serviços que estiverem de acordo com os parâmetros definidos nos cadernos de especificações, planejamento e demais especificações técnicas e definições constantes no Termo de Referência e seus anexos. Os serviços que não reunirem tais condições serão rejeitados, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus da rejeição, inclusive quanto a prazos, despesas para sua correção e sanções, caso pertinente. Não será admitido o recebimento provisório de serviço inconcluso.

12.2. Termo de Recebimento Provisório

Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria pela Fiscalização, o Termo de Recebimento Provisório será emitido por esta fiscalização em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando sobre a conclusão do objeto do contrato.

Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas dos serviços ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida acima, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento Provisório, bem como, na caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo de execução contratual, sujeitando à Contratada à aplicação de sanção.

Para o Termo de Recebimento Provisório, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento a Completa execução e conclusão dos serviços objeto do contrato; Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

12.3. Termo de Recebimento Definitivo

Até o final do prazo máximo de 90 dias da finalização do serviço, será observado a plena funcionalidade dos equipamentos e/ou instalações, bem como, a não ocorrência de vícios construtivos e realizada vistoria por fiscal do Sesc em Minas, distinto do fiscal titular deste **CONTRATO**, sempre que viável, com vista a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Caso sejam constatadas novas pendências, será elaborado relatório específico das pendências identificadas e encaminhado através de notificação à empresa **CONTRATADA**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da Vistoria, a fim de que sejam comunicadas e programadas a execução das correções apontadas, dentro do prazo definido pela **FISCALIZAÇÃO** no respectivo instrumento.

O não retorno com a programação da solução das correções apontadas, no prazo constante da notificação, caracterizará descumprimento contratual decorrente de atrasos relacionados ao pleno atendimento às especificações e qualidade contratadas, ficando a Contratada sujeita a aplicação das sanções cabíveis.

Será exigido da **CONTRATADA** a reparação dos vícios verificados: aparentes, ocultos ou redibitórios, no limite do prazo de garantia legal assegurada à Administração pelo art. 618 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), e o art. 12 da Lei nº8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

As garantias legais deverão ser verificadas tendo como referência no mínimo, as condições e prazos definidos no Manual de Garantias, disponibilizado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** antes da emissão do Termo de Início, bem como, de forma complementar.

Sanadas as pendências e após nova comunicação escrita da **CONTRATADA**, será efetuada Vistoria Final objetivando a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 dias contados da comunicação sobre correção dos vícios e providências, por parte da **CONTRATADA**.

Para o Termo de Recebimento Definitivo, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento aos itens destacados abaixo:

- a) Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, dar-se-á prosseguimento a restituição da garantia, em caso da modalidade caução. As demais garantias, expiram com o término do prazo de vigência.
- b) Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

13. VISITA TÉCNICA

É facultativa a visita ao local para análise e melhor compreensão dos serviços, verificação das condições atuais da área e inclusive casos omissos em projetos e planilha de especificações e quantitativos.

A visita poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h. A empresa deverá agendar previamente a visita com o **Sesc em Minas**, através dos contatos: comunicacaogcen@sescmg.com.br – (31) 3279-1472

Para envio de e-mail, identificar no campo *assunto*, o objeto, número do processo licitatório e o município a que se refere a solicitação. A **CONTRATADA** não poderá alegar, sob qualquer pretexto, que desconhecia as condições físicas, especificações, projetos, normas técnicas bem como o regime de trabalho do local em que os serviços contratados serão executados.

14. ORIENTAÇÕES GERAIS

À **CONTRATADA** é implicada a total e completa responsabilidade por todo e qualquer serviço e fornecimento, próprio ou de terceiros, que sejam necessários à completa e perfeita execução do objeto contratado.

Sem prejuízo ou dispensa das obrigações da **CONTRATADA**, o Sesc Minas exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do contrato, através de equipe própria de prepostos seus, devidamente credenciados, ou empresa contratada. Portanto a execução do objeto da presente contratação, será acompanhada pelo fiscal designado pelo Sesc em Minas Gerais.

O objeto poderá contemplar a execução de todos os itens apontados na descrição do objeto ou parte deles, estando os critérios de supressão e acréscimo, quantitativo e qualitativo, em conformidade com este Termo de Referência. Todas os documentos (projetos e caderno especificações) disponibilizados pela **CONTRATANTE**, são partes integrantes, junto a este Termo de Referência e devem ser analisadas e conferidas, não sendo aceitas reivindicações posteriores à assinatura do Contrato.

Nenhuma alteração se fará em qualquer especificação ou projeto, sem autorização da fiscalização da Contratante. A autorização só terá validade quando formalizada por escrito. Todos e quaisquer serviços ou atividades necessárias para realização do objeto desta contratação deverão ser previstas em proposta, sendo de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

A escala de trabalho a ser desenvolvida será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, os custos com trabalhos em horários extraordinários (sábados, domingos, feriados e períodos noturnos) decorrentes deverão estar incluídos na proposta, para que sejam mantidos o prazo e valor contratual.

Durante a execução dos serviços, as dúvidas técnicas, porventura observadas, deverão ser dirigidas à fiscalização, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Apenas as orientações desta fiscalização terão validade durante a execução dos serviços contratados.

Todos os documentos são complementares entre si constituindo juntamente com os projetos e detalhes, peça única. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida, para efeito da composição do preço global dos serviços.

As normas técnicas internas do Sesc em Minas serão fornecidas pela Engenharia em momento oportuno, após assinatura do contrato.

Faz parte do escopo do Proponente sem, entretanto, se limitar a:

- a. Fornecimento de mão-de-obra direta e indireta, com todos os encargos;
- b. Fornecimento de equipamentos, máquinas, ferramentas, acessórios, instrumentos etc.;
- c. Fornecimento e aplicação de todos os materiais necessários à perfeita execução das obras;
- d. Movimentação horizontal e vertical de carga;
- e. Fornecimento de transporte, carga, descarga e estocagem no local da obra de todos os materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas, acessórios, instrumentos etc.;
- f. Fornecimento de água potável para seus trabalhadores;
- g. Comprovação do treinamento e certificações, quando aplicáveis, das equipes que desenvolverão os serviços previstos neste escopo;
- h. Fornecimento de transporte, alimentação e demais despesas do seu pessoal envolvido nos serviços, a ser aplicado. O alojamento, necessariamente, será fora da área da obra.
- i. Fornecimento, montagem e desmontagem de materiais, estruturas, equipamentos e suportes provisórios;
- j. Conservação, manutenção e limpeza periódica das áreas direta e indiretamente afetadas pelas obras;
- k. O descarte dos resíduos e entulhos será de responsabilidade da **CONTRATADA**, através de caçambas licenciadas de acordo com as normas e exigências municipais.
- l. O refazimento de serviços não conformes não acarretará ônus para a **CONTRATANTE**;
- m. Ressarcimento ou recomposição de quaisquer danos causados pela **CONTRATADA** à obra ou a terceiros;
- n. Os materiais e equipamentos de responsabilidade da **CONTRATADA** deverão ser fornecidos com as características estabelecidas no projeto e especificações técnicas fornecidas e estarão sujeitos à inspeção do SESC-MG.
- o. Especial atenção deverá ser dada ao isolamento e sinalização das áreas de riscos direto e indireto provocados pelas obras;
- p. Especial atenção também deverá ser dada ao treinamento dos trabalhadores da Contratada quanto ao aspecto comportamental, a fim de garantir a ordem e evitar transtornos à vizinhança.

Os projetos técnicos referentes ao respectivo objeto, conforme listado abaixo, serão disponibilizados às proponentes, para fins de análise do escopo e custos previstos.